

2. Aquisição da totalidade das participações sociais na SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. com a finalidade de proceder à subsequente internalização dos serviços – Aprovação da Nova Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal uma nova minuta do contrato de compra e venda de ações, documento que constitui Anexo 1, e, que, globalmente, é idêntico ao anterior (com exceção do período de validade), cuja concretização implica que o Município Braga, numa perspetiva integrada, e numa lógica de satisfação do interesse público, assuma a gestão dos ativos de infraestruturas sob gestão da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., após o que a mesma será submetida a apreciação da Assembleia Municipal como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria, nos termos do previsto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 51470

Data: 22/05/2024

Assunto: Aquisição da totalidade das participações sociais na SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. com a finalidade de proceder à subsequente internalização dos serviços – Aprovação da Nova Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
O Presidente
O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

I EXPOSIÇÃO E MOTIVOS

- 1.1. Conforme deliberação da Assembleia Municipal de Braga, tomada na sua sessão de 3 de novembro de 2023, é de manifesto interesse público que a manutenção das atividades desenvolvidas pela SGEB -Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. (SGEB) e a titularidade dos equipamentos propriedade da mesma sejam assumidos diretamente pelo Município de Braga e a dinamizar tanto quanto possível, para interesse do concelho;
- 1.2. Aliás, a ação do executivo municipal, que se têm vindo a concretizar em projetos relevantes nas mais diversas áreas de atividade, consubstanciaram não só a realização de

investimentos, como também importantes avanços nos domínios da gestão e organização do património da autarquia, visando proporcionar ganhos de economia, eficiência e eficácia.

- 1.3. No pressuposto principal de promover o bem-estar das suas populações, ao lado da promoção e desenvolvimento sustentado do concelho, explorando as suas diversas competências no estrito cumprimento das normas que regulam a respetiva atividade, particularmente, às atribuições que cabem aos municípios em geral, e ao município de Braga, em particular, constantes da disposição do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo o qual se elenca, especialmente o disposto no respetivo n.º 2.
- 1.4. Assim, no ano de 2022, foram desenvolvidas as diligências necessárias à dissolução e liquidação da SGEB, não tendo as mesmas sido concluídas com a avocação do processo de fiscalização prévia;
- 1.5. No mesmo sentido, em 2023, ao abrigo do artigo 166.º Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro), no seguimento da deliberação identificada em 1.1, foi celebrado com os acionistas privados um contrato de compra e venda da participação de 51% (cinquenta e um) do capital social da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A, não tendo o contrato produzido os seus efeitos por aplicação da cláusula que dispunha no sentido da validade do contrato até ao final do ano de 2023;
- 1.6. Em 2024, o espírito que presidiu à compra e venda das ações manteve-se, quer por vontade das partes, quer por força do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro), norma que permite aos municípios adquirir a totalidade das participações sociais de sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada;

Assim, atendendo que:

- 1.7. Foram obtidos os necessários estudos técnicos que comprovam o benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante face à situação atual;
- 1.8. Desses estudos resulta um benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante face à situação atual, bem como é indicado um valor aquisitivo das participações.
- 1.9. Os estudos obtidos asseguram também a análise dos seguintes critérios decorrente do n.º 3 do artigo 167.º da LOE2024:

"a) Avaliação adequada da procura atual e da procura projetada dos serviços a internalizar;

b) Justificação de que a internalização corresponde à melhor opção para a prossecução do interesse público, nomeadamente através da identificação dos benefícios económico-financeiros e sociais que dela resultem para o conjunto dos cidadãos;

c) Prossecução das atividades a internalizar com menores custos do que quando desenvolvidas pela sociedade comercial participada;

d) Análise dos efeitos das atividades a internalizar sobre as contas da entidade pública participante, incluindo ativos e passivos, bem como sobre o nível de endividamento e a sua estrutura organizacional e de recursos humanos.”

1.10. Foi retomado aos acionistas privados em 2024 o interesse na aquisição das respetivas ações correspondentes aos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social que detêm, ou seja, 25,5% (vinte e cinco, vírgula cinco por cento) de cada um dos acionistas privados, pelo valor de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros), tendo essa proposta merecido aceitação e tendo sido acordada a celebração de novo contrato de compra e venda de ações com efeitos no ano de 2024, de acordo com a minuta que se junta como **ANEXO 1**.

1.11. Com a celebração deste contrato que irá titular a aquisição das participações sociais, a produzir efeitos no ano de 2024, é assegurado que:

- Se encontram restituídas todas as prestações suplementares de capital antes da celebração do contrato e restituídos todos os montantes prestados a título de suprimentos aos acionistas privados;
- Se encontra assegurado que todos os membros dos órgãos sociais designados pelos acionistas privados renunciarão aos seus cargos, mencionando que nada lhes é devido a qualquer título;
- Não existe qualquer direito de preferência ou acordo parassocial, ónus ou qualquer outra vinculação que limite ou condicione a transmissão das ações, sendo estas transmitidas com todos os direitos inerentes, integralmente realizados e completamente livres de ónus ou encargos que possam limitar a sua livre disponibilidade ou o exercício dos direitos societários a elas inerentes; e que
- A transmissão das ações se torna efetiva com o efetivo pagamento, operando-se a transferência das mesmas automaticamente e devendo em conformidade ser registada, com vista a completar o processo de liquidação e dissolução da sociedade no prazo legalmente previsto, com a internalização da respetiva atividade.

1.12. A aquisição das participações sociais pressupõe também a aquisição de todo o património imobiliário da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. construído ao abrigo do direito de superfície constituído, tal como constante do ANEXO I à minuta de contrato, implicando a derrogação dos arrendamentos existentes com a internalização da atividade na esfera municipal.

Refira-se ainda que,

- 1.13. Nos termos do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024, o Município pode contrair empréstimo de médio e longo prazos destinados à aquisição das participações locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- 1.14. Neste contexto, o Município desenvolveu o procedimento adequado à obtenção de financiamento de médio e longo prazos, submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, que obteve o visto favorável no âmbito do processo n.º 2801/2023, dispondo atualmente das disponibilidades financeiras necessárias à aquisição das participações dos Acionistas Privados;
- 1.15. Pretende-se agora, considerando as questões suscitadas pelo Tribunal de Contas no âmbito do contrato de compra e venda de ações submetido a fiscalização prévia no processo n.º 1084/2024, em especial quanto aos seus efeitos por aplicação da cláusula que dispunha no sentido da validade do contrato até ao final do ano de 2023, celebrar contrato com efeitos até final do presente ano de 2024

II PROPOSTA

Na sequência do exposto e tendo já sido deliberada pelo executivo municipal em 16 de outubro de 2023 e pela Assembleia Municipal em 3 de novembro de 2023 a aquisição das participações sociedade detidas por entidades privadas na SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., submeto agora à deliberação do órgão executivo nova minuta do contrato de compra e venda de ações, documento que constitui Anexo 1 e que, mantendo a anterior redação no seu essencial, adapta o período de validade para o ano de 2024.

Após deliberação do executivo municipal terá a mesma proposta de ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria, nos termos do previsto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual.

Sob o ponto de vista dos encargos diretos e imediatos, o Município terá que despende o montante de €15.000.000 (quinze milhões de euros), correspondente ao valor dos 51% (cinquenta e um por cento) de ações pertencentes ao parceiro privado, a que corresponde o cabimento 89224 e os compromissos 113001 e

113002, conforme informação da Divisão da Contabilidade (ANEXO 2), com efeitos financeiros exclusivamente no ano de 2024.

A operação de aquisição patrimonial, liquidação, dissolução e internalização da atividade, para além de resultar num investimento e correspondente aumento dos ativos do município, encontra-se especialmente enquadrada no artigo 167.º Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro), norma que permite aos municípios adquirir a totalidade das participações sociais de sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada num prazo máximo de 6 (seis) meses.

É o que se propõe.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Anexos:

1. Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações e respetivos dois anexos
2. Informação quanto ao cumprimento da regularidade financeira da Divisão de Contabilidade

[Minuta de]

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES

- SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. -

Entre: _____

Alexandre Barbosa Borges, SGPS, S.A. com sede no Lugar de Martim de D`além, 4755-307 Martim, Barcelos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o número único de matrícula e de identificação de Pessoa Coletiva 507554841, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, *Gaspar Barbosa Borges*, com poderes para o ato confirmados pela consulta da certidão permanente n.º 5137-8855-7314 e _____

Irmãos Borges – Imobiliária S.A. com sede na Rua Penedo da Cruz, n.º 100, 4705-629 Sequeira, Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e de identificação de Pessoa Coletiva 503353086, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, *Gaspar Barbosa Borges*, com poderes para o ato confirmados pela consulta da certidão permanente n.º 0132-4322-4436, adiante conjuntamente designadas por Acionistas Privados ou Primeiras Outorgantes: _____

E _____

Município de Braga, pessoa coletiva de direito público, com sede em Praça do Município, 4700-435, Braga, freguesia e concelho de Braga, NIPC 506901173, neste ato representado pelo respetivo Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*, com poderes para a celebração do presente Acordo, conferidos mediante deliberações da Câmara Municipal, de 18 de outubro de ora em diante designado por Município ou Segundo Outorgante: _____

CONSIDERANDO QUE: _____

- A.** As Primeiras Outorgantes são detentoras e legítimas proprietárias, respetivamente e em partes iguais de 76.500 (setenta e seis mil e quinhentas) ações ordinárias, tituladas ao portador, com o valor nominal de €1,00 (um euro) cada, representativas de 51% (cinquenta e um) do capital social da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A., com sede em Braga, na Rua Manuel Almeida Passos, n.º 48 a 52, 4705-159 Braga, com o capital social de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o número único de matrícula e de identificação de Pessoa Coletiva 508784921, (doravante também designada por "SGEB"); _____
- B.** O Segundo Outorgante, é detentor e legítimo proprietário de 73.500 (setenta e três mil e quinhentas) ações ordinárias, tituladas ao portador no valor nominal de €1,00 (um euro) cada representativa de 49% (quarenta e nove) do capital social da SGEB;

CONSIDERANDO AINDA QUE: _____

- C.** É de manifesto interesse público que a manutenção das atividades desenvolvidas pela SGEB e a titularidade dos equipamentos propriedade da mesma sejam assumidos diretamente pelo Município e a dinamizar tanto quanto possível, para interesse do concelho; _____
- D.** Com o mesmo desiderato, no ano de 2022 foram desenvolvidas as diligências necessárias à dissolução e liquidação da SGEB, não tendo as mesmas sido concluídas com a avocação do processo de fiscalização prévia; _____
- E.** No mesmo sentido, em 2023, ao abrigo do artigo 166.º Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) foi celebrado com as Primeiras Outorgantes contrato de compra e venda da participação de 51% (cinquenta e um) do capital social da SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A, não tendo o contrato produzido os seus efeitos por aplicação da cláusula que dispunha no sentido da validade do contrato até ao final do ano de 2023; _____
- F.** Em 2024, o espírito que presidiu à compra e venda das ações manteve-se, quer por vontade das partes, quer por força do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro), norma que permite aos municípios adquirir a totalidade das participações sociais de sociedades comerciais em que tenham participação, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização nos seus serviços das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada; _____
- G.** Foram obtidos os necessários estudos técnicos que comprovam o benefício económico-financeiro e social decorrente da internalização das atividades desenvolvidas pela sociedade comercial participada para a entidade pública participante face à situação atual; _____
- H.** O Município de Braga continua a pretender cessar com o atual estado de partilha de interesses e gestão prosseguido pela SGEB, assumindo só por si tais atribuições; _____
- I.** Ponderada tal intenção, foi manifestada aos Acionistas Privados que o Município mantém o interesse na aquisição das respetivas ações correspondentes aos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social que detêm, ou seja, 25,5% (vinte e cinco, vírgula cinco por cento) de cada um dos Acionistas Privados, pelo valor de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros), tendo essa proposta merecido aceitação;
- J.** Nos termos do disposto no artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024, o Município pode contrair empréstimo de médio e longo prazos destinados à aquisição das participações locais, sendo dispensados do cumprimento do limite do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; _____
- K.** Neste contexto, o Município desenvolveu o procedimento adequado à obtenção de financiamento de médio e longo prazos, submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, que obteve o visto favorável no âmbito do processo n.º 2801/2023, dispondo atualmente das disponibilidades financeiras necessárias à aquisição das

participações dos Acionistas Privados; _____

- L.** Os documentos para a aquisição consubstanciada no presente contrato e a respetiva minuta foram aprovados em sessão do órgão executivo municipal de [...] de 2024 e da Assembleia Municipal de [...] de 2024. _____

Consequentemente, assegurado que não existem quaisquer ónus ou direitos que limitem ou condicionem a transmissão das respetivas ações, o Município entendeu ser necessário assegurar a aquisição, fixando-se as condições respetivas, o que se faz com o presente contrato e nos termos das cláusulas seguintes: _____

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

Pelo presente contrato, as Primeiras outorgantes cedem, uma vez verificada a condição suspensiva prevista na Cláusula Terceira infra, ao Segundo Outorgante, 76.500 (setenta e seis mil e quinhentas) ações ordinárias, tituladas ao portador, com o valor nominal de €1,00 (um euro) cada, representativas de 51% (cinquenta e um) do capital social da SGEB, de que são titulares. _____

CLÁUSULA SEGUNDA

(Preço)

O preço pela cedência das ações referidas na cláusula anterior é de €15.000.000,00 (quinze milhões de euros), dividido entre as Primeiras Outorgantes na proporção das ações que cada uma irá transmitir. _____

CLÁUSULA TERCEIRA

(Forma de Pagamento e Condição Suspensiva)

- 1.** O pagamento do preço referido na cláusula anterior e de todas as prestações previstas no presente contrato apenas poderá ser efetuado após o visto do Tribunal de Contas, se a ele houver lugar, através de transferência bancária para o NIB de cada uma das Primeiras Outorgantes, domiciliado em Instituição Bancária titulada pelas Primeiras Outorgantes, a qual constituirá plena quitação. _____
- 2.** O presente contrato só produz efeitos com o pagamento da quantia correspondente ao Preço, de todas as prestações previstas no presente contrato e após a concessão de visto, nos termos previstos no número anterior, pelo que a transferência da propriedade das 76.500 (setenta e seis mil e quinhentos) ações a transmitir só se verificará na data do efetivo pagamento do Preço e de todas as demais prestações previstas no presente contrato. _____
- 3.** O pagamento do Preço e de todas as prestações previstas no presente contrato ocorrerá até 30 (trinta) dias após a concessão do visto do Tribunal de Contas tal como indicado no n.º 1 da presente cláusula. _____
- 4.** Se até 31 de dezembro de 2024 não tiver sido obtido visto indicado na presente Cláusula, o presente contrato é automaticamente resolvido, não podendo produzir quaisquer efeitos seja a que título for não podendo essa resolução dar lugar a qualquer título de responsabilidade para qualquer uma das partes. _____

CLÁUSULA QUARTA

(Declarações e Garantias Conjuntas)

1. Para efeitos do presente contrato as Partes reconhecem e garantem conjuntamente que: _____
 - a) A sociedade tem a sua situação fiscal e contributiva (Segurança Social) regularizada; _____
 - b) Sobre o património social imobiliário que consta do **ANEXO I** ao presente contrato, foi constituído, pelo Segundo Outorgante, Direito de Superfície a favor da SGEB; _____
 - c) O Direito de Superfície constituído sobre o património acima referido encontra-se onerado com hipotecas a favor da Caixa Geral de Depósitos ("CGD"), encontrando-se ainda constituídas hipotecas sobre os edifícios e construções neles implantados ou a implantar; _____
 - d) Para garantia de financiamento à SGEB foi ainda constituído a favor da CGD: (i) penhor financeiro das ações nominativas dos acionistas escolhidos por concurso público, que se manteve na esfera jurídica dos Acionistas Privados após transmissão de ações ocorrida em junho de 2011 incluindo uma promessa de penhor de primeiro grau sobre as novas ações e respetivos direitos patrimoniais; (ii) penhor de direitos dos Acionistas Privados (acompanhados da entrega de procurações irrevogáveis pelos acionistas escolhidos por concurso público, que foram substituídas após transmissão de ações ocorrida em junho de 2011); (iii) um penhor de créditos sobre o saldo disponível de todos os depósitos à ordem e a prazo na titularidade da SGEB; (iv) um penhor de primeiro grau sobre todos os direitos da SGEB, incluindo um penhor de créditos sob a forma de cessão dos créditos existentes e futuros sobre o Município de Braga, emergentes do contrato de arrendamento celebrado em 31 de março de 2011, incluindo os montantes de eventuais indemnizações devidas pelo Município de Braga à SGEB, tendo sido entregue pela SGEB à CGD procuração irrevogável conferindo-lhe os poderes necessários para vender ou por qualquer forma transmitir ou onerar, na qualidade de credor pignoratício, todos os direitos ou ativos na titularidade da SGEB; _____
 - e) A celebração do presente contrato e a efetiva transmissão das participações sociais a favor da segunda outorgante não afetam a validade e vigência dos contratos de prestação de serviços de manutenção em vigor e em que sejam parte as Primeiras Outorgantes e a SGEB. _____
2. No âmbito do presente contrato as Partes reconhecem ainda a celebração pela SGEB de Contratos de Arrendamento em que o Segundo Outorgante assume a posição de arrendatário pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos a contar do momento em que a infraestrutura se encontra acabada e inicia o seu período de operação, contratos que constam da relação do património imobiliário da SGEB que constitui **ANEXO I**.

3. As Partes aceitam e reconhecem, por fim, que na data da assinatura do presente contrato de compra e venda de ações o ativo e o passivo da sociedade constam do balancete junto que constitui **ANEXO II.** _____

CLÁUSULA QUINTA

(Declarações e Garantias)

1. Para efeitos do presente contrato as Primeira Outorgantes reconhecem e garantem a legitimidade sobre as ações a ceder. _____
2. Mais declaram e garantem que: _____
 - a) Serão restituídos e pagos todos os créditos das primeiras outorgantes, nomeadamente prestações suplementares de capital suprimientos e dívida comercial até á data do efetivo pagamento do preço, mas sempre depois do presente contrato ser visado pelo Tribunal de Contas; _____
 - b) Na data de produção de efeitos do presente contrato, ou seja, contra o pagamento do preço devido pela transmissão das ações e de pagos todos os créditos das primeiras outorgantes sobre a SGEB, todos os membros dos Órgãos Sociais designados pelos Acionistas Privados renunciarão aos seus cargos, mencionando que nada lhes é devido a qualquer título; _____
 - c) Não existe qualquer direito de preferência ou acordo parassocial, ónus ou qualquer outra vinculação que limite ou condicione a transmissão das ações, com exceção do mencionado na alínea d) i) e ii) da cláusula 4.^a, sendo estas transmitidas com todos os direitos inerentes, integralmente realizados e completamente livres de ónus ou encargos que possam limitar a sua livre disponibilidade ou o exercício dos direitos societários a elas inerentes, sem prejuízo das declarações e garantias que constam da cláusula anterior; _____
 - d) A transmissão das ações se torne efetiva desde o dia do pagamento do preço e de pagos todos os créditos das primeiras outorgantes sobre a SGEB nos termos previstos no presente contrato, operando-se a transferência das mesmas automaticamente nessa data e devendo em conformidade ser registada, nessa data, pelo Segundo Outorgante. _____

CLÁUSULA SEXTA

(Falta de verificação da condição suspensiva)

A falta de pagamento do Preço até 30 (trinta) dias após a notificação do visto do Tribunal de Contas, tal como previsto na Cláusula Terceira do presente contrato, constitui o Segundo Outorgante na obrigação de pagar às Primeiras, proporcionalmente à sua participação e a título de sanção pecuniária compulsória, um juro anual correspondente ao indexante EURIBOR a 6 (seis) meses, acrescido de 3,5 (três vírgula cinco) pontos percentuais, mas que nunca poderá ser inferior a 7,25% (sete vírgula vinte e cinco por cento) ao ano a incidir sobre o montante correspondente ao Preço devido pela transmissão. _____

CLÁUSULA SÉTIMA
(Resolução de Litígios)

1. O presente contrato é celebrado de acordo com a lei portuguesa. _____
2. Qualquer litígio emergente da sua interpretação, aplicação, validade ou cumprimento ou relacionados com a sua execução será resolvido, preferencialmente, por negociação entre as Partes. _____
3. A resolução consensual do diferendo, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de receção da comunicação a que se refere o número anterior. ____
4. Esgotado o prazo referido na Cláusula anterior, e não havendo consenso serão tais questões definitivamente resolvidas por tribunal arbitral ad-hoc, a constituir nos termos previstos na Lei de arbitragem voluntária, aplicando-se subsidiariamente as regras constantes do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (Centro de Arbitragem Comercial). ____
5. Cada uma das partes deverá nomear o seu árbitro, sendo o árbitro Presidente indicado por acordo entre os dois árbitros nomeados ou, na falta deste, nos termos previstos na Lei de Arbitragem Voluntária. _____
6. A arbitragem terá lugar em Braga. _____
7. A língua da arbitragem será o Português. _____

CLÁUSULA OITAVA
(Notificações)

Quaisquer notificações ou comunicações efetuadas ao abrigo do presente contrato, serão realizadas por escrito, por carta registada ou email com registo certificado de receção, e serão tidas como suficientes se enviadas para as moradas indicadas no cabeçalho do presente contrato. _____

CLÁUSULA NONA
(Unidade do Contrato, Derrogação e Alterações)

1. O presente contrato aglutina e substitui quaisquer negociações entre as Partes, prevalecendo e derrogando, em caso de conflito, as disposições de qualquer acordo anterior celebrado pelas mesmas, nomeadamente as constantes do acordo parassocial ao qual se vincularam os Acionistas Privados da SGEB. _____
2. Quaisquer alterações ao presente contrato só serão válidas e eficazes se constarem de documento escrito e assinado por ambas as Partes. _____

CLÁUSULA DÉCIMA
(Comunicação Legal)

O Segundo Outorgante comunicará a presente aquisição de participações locais à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da assinatura do presente contrato. _____

O presente contrato foi celebrado na cidade de Braga, na sede do Município, aos [...] dias do mês de [...] dois mil e vinte e quatro, sendo composto por 8 (oito) folhas de uma só

face, em três exemplares, qualquer deles valendo como original, integrando ainda 2 (dois) Anexos. _____

Pelas Primeiras Outorgantes:

Pelo Segundo Outorgante:

(Gaspar Barbosa Borges)

Alexandre Barbosa Borges, SGPS, S.A.

Irmãos Borges – Imobiliária, S.A.

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Município de Braga

ANEXOS

ANEXO I

(Lista de Património Imobiliário da SGEB)

ANEXO II

(Balancete)

ANEXO II

COMPRA E VENDA DE AÇÕES E INTERNALIZAÇÃO - SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A. -

Dívidas a Terceiros

SGE - SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga		2024 - Abril - Normal (2024010 até 2024041)							
Conta		Movimentos do período			Movimentos acumulados		Saldo		
N. Conta	Nome	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo débito	Saldo crédito	Saldo geral
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	264 684,86	0,00	264 684,86	1 107 590,05	28 580 867,69	0,00	27 473 277,64	-27 473 277,64
251	INSTITUIÇÕES CRÉDITO	264 684,86	0,00	264 684,86	1 052 590,05	21 652 806,07	0,00	20 600 216,02	-20 600 216,02
253	PARTICIPANTES CAPITAL	0,00	0,00	0,00	55 000,00	6 928 061,62	0,00	6 873 061,62	-6 873 061,62
27	O. CONTAS RECEBER PAGAR	0,00	666 258,41	-666 258,41	7 640 136,37	24 759 364,41	0,00	17 119 228,04	-17 119 228,04
271	FORNEC. INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	302 438,00	0,00	302 438,00	-302 438,00
2711	Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	302 438,00	0,00	302 438,00	-302 438,00
278	OUTROS DEVEDORES CREDORES	0,00	666 258,41	-666 258,41	7 640 136,37	24 456 926,41	0,00	16 816 790,04	-16 816 790,04
2782	CREDORES DIVERSOS	0,00	666 258,41	-666 258,41	7 640 136,37	24 456 926,41	0,00	16 816 790,04	-16 816 790,04
		264 684,86	666 258,41	-401 573,55	8 747 726,42	53 340 232,10	0,00	44 592 505,68	-44 592 505,68

ANEXO I

COMPRA E VENDA DE AÇÕES E INTERNALIZAÇÃO

SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A.

Património Imobiliário à data de 31 dezembro de 2023

Un.: €

Identificação Equipamento	Direito de Superfície	Investimento	Renda
CD - Arcos S Paio	37 540,44	735 596,63	9 708,96
CD - Arentim	80 996,94	684 780,14	10 300,44
CD - Aveleda	48 264,19	985 239,37	11 042,33
CD - Cabreiros	74 939,38	840 123,25	6 855,33
CD - Celeirós	70 132,82	889 773,27	11 450,95
CD - Crespos	70 937,57	588 357,90	6 870,97
CD - Cunha	48 678,81	663 023,94	9 964,65
CD - Dume (B. Misericórdia)	69 012,87	771 332,53	10 981,87
CD - Espinho	75 293,47	1 052 540,28	8 751,92
CD - Figueiredo	83 568,32	794 238,55	6 584,07
CD - Frossos	52 870,93	705 793,85	6 007,47
CD - Gondizalves	84 065,11	554 132,67	7 431,33
CD - Guisande	79 342,94	636 260,31	6 403,23
CD - Lomar	68 775,10	1 059 161,01	11 606,39
CD - Maximinos	62 722,18	666 720,29	5 985,10
CD - Mire Tibães	53 335,31	743 192,00	10 796,83
CD - Morreira	49 992,13	920 252,46	8 505,90
CD - Navarra	57 554,91	699 659,91	7 390,27
CD - Nogueira	80 773,81	1 343 709,84	8 144,28
CD - Padim Graça	59 228,22	525 059,16	5 843,27
CD - Palmeira	103 265,34	536 174,89	7 627,85
CD - Panoias	43 345,00	769 079,23	7 580,61
CD - Parada Tibães	82 841,16	806 440,93	8 378,64
CD - Padralva	64 553,22	675 091,76	5 530,06
CD - Santa Lucrécia	60 366,69	659 125,78	7 526,81
CD - S Lázaro Camélias	64 647,10	525 421,40	5 219,88
CD - S Mamede Este	50 353,03	1 238 544,47	13 279,27
CD - S Paio Merelim	66 243,19	1 040 486,95	12 444,93
CD - S Pedro Este	56 757,50	1 070 307,56	10 547,96
CD - Sequeira	59 201,63	747 121,19	7 708,00
CD - Sobreposta	84 435,43	1 061 474,26	11 194,70
CD - Tadim	69 227,47	808 170,58	11 589,15

ANEXO I

COMPRA E VENDA DE AÇÕES E INTERNALIZAÇÃO
SGEB-Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga S.A.

Património Imobiliário à data de 31 dezembro de 2023

Un.: €

Identificação Equipamento	Direito de Superfície	Investimento	Renda
CD - Trandeiras	47 465,69	969 058,79	9 105,18
CD - Vimieiro	67 947,22	1 107 541,15	9 281,59
PG - Dume	31 610,29	1 058 156,74	14 106,73
PG - Ferreiros	21 586,27	1 500 278,19	16 233,00
PG - Figueiredo	26 402,67	1 299 848,55	13 845,51
PG - Frossos	17 287,57	1 212 585,73	14 664,42
PG - Lamações	31 872,12	1 152 492,67	16 862,38
PG - S Paio Merelim	25 749,03	1 483 490,36	15 500,74
PG - Tebosa	23 370,13	1 213 907,47	14 139,53
PG - Vilaça	25 778,83	1 616 853,90	15 445,36
CC - S Vicente	15 986,32	1 539 405,77	13 269,08
MF - Sequeira	7 158,45	1 648 916,74	17 409,96
	2 455 476,80	41 598 922,42	449 116,90